POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE LGBTI+: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE EQUIDADE NAS CAMPANHAS DO MINISTÉRIO DE SAÚDE BRASILEIRO

CLAUDIA MORAES E SILVA PEREIRA

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Especialização em Educação Física Escolar pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialização em Gestão de Políticas Públicas para Infância e Juventude pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, na área de concentração História, Cultura e Cidadania. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista CAPES.

ANA GABRIELA LIMA BISPO DE VICTA

Universidade Federal da Bahia

Enfermeira (UNEB). Pesquisadora do Grupo MUSA (UFBA). Mestre em Saúde Coletiva (UEFS). Doutoranda em Saúde Pública (ISC/UFBA)

RESUMO: O despertar de uma reflexão, no Brasil, sobre uma pauta específica da saúde para a população LGBTI+ surgiu na década de 80 diante da epidemia de HIV/AIDS. Desde então, um conjunto de diretrizes e ações foram elaboradas pelo Ministério da Saúde e agregadas à política pública para este público, tais como: a luta pelo direito à saúde; a orientação sexual e a identidade de gênero na determinação social de saúde; e a política nacional de saúde integral. O cenário político para o desenvolvimento destas medidas foi mandatário, pois o Brasil era presidido por um governo de centro-esquerda por meio do Partido dos Trabalhadores (PT) – Governos Lula e Dilma Rousseff. Após o processo de Impeachment e ascensão da direita na Presidência do país, a partir de 2016, os poucos passos alcançados na política de saúde da população LGBTI+ estiveram ameaçados. O Presidente eleito em 2019 é declaradamente LGBTfóbico e contra pautas relacionadas às políticas de gênero. Uma de suas atitudes mais reacionárias foi retirar a população LGBTI+ das diretrizes dos Direitos Humanos no Brasil, logo no início da sua gestão. Diante desta conjuntura sociopolítica e cultural, o presente trabalho busca apresentar alguns caminhos percorridos, até o ano de 2018, com relação às políticas públicas de saúde voltadas para a população LGBTI+. O conceito de equidade e a forma como é concebido na política nacional de saúde embasam também a discussão deste trabalho. Pretende-se ainda analisar as campanhas de equidade lançadas pelo Ministério de Saúde para identificar a representação da comunidade LGBTI+, bem como avaliar o conceito de equidade presentes, já que estas campanhas são nomeadas a partir deste conceito. Nesse sentido, este trabalho tem como objeto as possíveis contradições existentes entre o conceito de equidade e a sua representatividade nas campanhas de saúde do Ministério de Saúde do Brasil no atendimento a comunidade LGBTI+. Foram analisadas duas campanhas nacionais com a temática da equidade homossexual: a primeira voltada para homossexuais femininos (2015) e a segunda para homossexuais masculinos (2016), a partir da metodologia de análise de imagens desenvolvida por Bauer (2003). As hipóteses lançadas são de que as campanhas representam um

estereótipo da comunidade LGBTI+ socialmente aceito e, conseqüentemente, limitado, que acaba por não representar a realidade brasileira atendida no setor público. O conceito de equidade, então, se torna também limitado ao não encontrar espaço para a representatividade de setores mais oprimidos como no caso das pessoas transgêneras. Caso estas hipóteses se confirmem, como resultados parciais deste trabalho, indica-se que a comunidade LGBTI+, até o ano de 2018, aparecia na pauta das políticas públicas de saúde do Brasil ainda que de maneira restrita. No entanto, apesar de pequenos avanços, esta realidade pode acabar sendo suprimida pelo atual presidente de extrema direita, contrário às relações homoafetivas, em detrimento da defesa da família tradicional, da moral e dos “bons costumes”.

PALAVRAS-CHAVE: EQUIDADE EM SAÚDE; POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE; POPULAÇÃO LGBTI+; REPRESENTAÇÃO SOCIAL; CAMPANHAS DE SAÚDE.